

UNIVERSIDADE SANTO AMARO – UNISA

MÁRCIA MARIA DA SILVA RA: 4812824

**EVENTOS IMPORTANTES E PERSPECTIVAS DO TRIBUNAL
REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO**

**SÃO PAULO
2022**

MÁRCIA MARIA DA SILVA

**EVENTOS IMPORTANTES E PERSPECTIVAS DO TRIBUNAL
REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO**

Trabalho – Projeto Integrador apresentado à Universidade Santo Amaro – UNISA, como requisito do Curso de Tecnologia em Serviços Notoriais sob a orientação do Professor Jaldo Fontes

SÃO PAULO

2022

MÁRCIA MARIA DA SILVA

**EVENTOS IMPORTANTES E PERSPECTIVAS DO TRIBUNAL
REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO**

Trabalho – Projeto Integrador
apresentado à Universidade Santo
Amaro – UNISA.

Com gratidão dedico este trabalho à Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Santo Amaro - UNISA, pela oportunidade de fazer o curso. Ao meu Orientador Ms. Jaldo Fontes pelo suporte e correções no pouco tempo que lhe coube.

Obrigada por me ensinarem na prática todo conhecimento que adquiri.

“Eu faço da dificuldade a minha motivação. A volta por cima vem na continuação.”
Charlie Brown Jr

Resumo

O presente Trabalho tem como escopo contextualizar a história do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, seus eventos principais, sua evolução como instituição e o seu impacto na sociedade civil bem como no arcabouço jurisdicional. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região nasceu oriundo da Constituição de 1988 e solidificou-se como um importante ator da Justiça Federal. Assim, a história do Tribunal Regional Federal foi marcada por momentos marcantes para a história da justiça, bem como do Brasil. A implantação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região contribuiu sobremaneira para alicerçar os fundamentos do Direito em nosso país, democratizar a justiça e garantir o Estado de Direito.

Palavras Chave: Poder Judiciário, Justiça Federal, Tribunal Regional Federal

Abstract

This work aims to contextualize the history of the Federal Regional Court of the 3rd Region, its main events, its evolution as an institution and its impact on civil society as well as on the jurisdictional framework. The Federal Regional Court of the 3rd Region was born from the 1988 Constitution and solidified itself as an important actor of the Federal Justice. Thus, the history of the Federal Regional Court was marked by important moments for the history of justice, as well as for Brazil. The implementation of the Federal Regional Court of the 3rd Region contributed greatly to underpinning the foundations of law in our country, democratizing justice and guaranteeing the rule of law.

Keywords: Judiciary, Federal Justice, Federal Regional Court

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 11 |
| 2. EVENTOS IMPORTANTES DA HISTÓRIA DO TRF3 | 13 |
| 1989..... | 13 |
| 1990..... | 13 |
| 1991..... | 13 |
| 1992..... | 14 |
| 1993..... | 14 |
| 1994..... | 14 |
| 1995..... | 14 |
| 1996..... | 15 |
| 1997..... | 15 |
| 1998..... | 16 |
| 1999..... | 16 |
| 2000..... | 16 |
| 2001..... | 16 |
| 2002..... | 17 |
| 2003..... | 17 |
| 2004..... | 17 |
| 2005..... | 18 |
| 2006..... | 18 |
| 2007..... | 19 |
| 2008..... | 19 |
| 2009..... | 20 |
| 2010..... | 20 |
| 2011..... | 21 |
| 2012..... | 22 |
| 2013..... | 22 |
| 2014..... | 23 |
| 2015..... | 24 |
| 2016..... | 24 |
| 2017..... | 25 |
| 2018..... | 26 |

| | |
|--|----|
| 2019..... | 26 |
| 2020..... | 27 |
| 2021..... | 28 |
| 2022..... | 28 |
| 3. OS DESAFIOS E O PLANO ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO PARA O CICLO 2021-2026..... | 30 |
| 3.1-Macrodeseafios e Objetivos Estratégicos..... | 30 |
| 3.1.1 - Macrodeseafios voltados para a Sociedade..... | 31 |
| 3.1.2 - Macrodeseafios voltados para os processos internos..... | 31 |
| 3.1.3 - Macrodeseafios voltados para aprendizado e crescimento..... | 32 |
| 4. CONCLUSÃO..... | 34 |
| 5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES..... | 35 |
| REFERÊNCIAS..... | 36 |

1. INTRODUÇÃO

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região foi criado juntamente com os outros quatro Tribunais Regionais Federais, pela Constituição de 1988 (artigo 27, § 6º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), com o objetivo de substituir e regionalizar a jurisdição do extinto Tribunal Federal de Recursos (TFR).

Os Tribunais Regionais Federais foram inaugurados simultaneamente, com suas sedes em São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife no dia 30 de março de 1989, e tiveram suas composições iniciais previstas na lei nº 7.727, de 1989.

O TRF3 foi solenemente instalado sob a presidência do ministro Washington Bolívar de Brito, vice-presidente do Tribunal Federal de Recursos, no Edifício "Saldanha Marinho", na rua Líbero Badaró, 39 - imóvel da Fepasa, tombado pelo CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

Estando esse prédio ainda em fase de reformas, o Tribunal ficou instalado, até 5 de setembro de 1989, na sede da Representação do STJ - Superior Tribunal de Justiça, no 11º andar do "Fórum Pedro Lessa", na Avenida Paulista, 1682.

Na data de inauguração do TRF3, foram empossados os magistrados:

Milton Luiz Pereira, Homar Cais

Américo Lourenço Masset Lacombe

Sebastião de Oliveira Lima

Jorge Tadeo Flaquer Scartezzini

Ana Maria Goffi Flaquer Scartezzini

José Kallás

Márcio José de Moraes

Anna Maria Pimentel

Fleury Antonio Pires

Lúcia Valle Figueiredo

João Grandino Rodas

Rômulo de Souza Pires

Diva Prestes Marcondes Malerbi

Célio Benevides de Carvalho

Aricê Moacir Amaral dos Santos

Pedro Rotta

Edgar Silveira Bueno Filho

Assim, na gestão do presidente Jorge Scartezzini, foi obtida por meio de permuta com a Caixa Econômica Federal, a nova sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, localizada na Avenida Paulista e inaugurada aos 22 de fevereiro de 1999.

A nova sede representou a concretização de um antigo anseio da Justiça Federal em São Paulo, que passou a contar com instalações condignas, permitindo a oferta de uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz.

2. EVENTOS IMPORTANTES DA HISTÓRIA DO TRF3

1989

Instalação do TRF3 – No dia 30 de março, acontece a Sessão de Instalação do Tribunal Regional Federal da 3.^a Região, que engloba os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, no ano seguinte ao de sua criação pela Constituição Federal de 1988. A solenidade é realizada na sede, localizada no Edifício Saldanha Marinho, na Rua Líbero Badaró n.º 39, região central da capital paulista.

Primeira composição – Na inauguração, tomaram posse os magistrados: Milton Luiz Pereira (Presidente), Homar Cais, Américo Lourenço Masset Lacombe, Sebastião de Oliveira Lima, Jorge Tadeo Flaquer Scartezzini, Ana Maria Goffi Flaquer Scartezzini, José Kallás, Márcio José de Moraes, Anna Maria Pimentel, Fleury Antonio Pires, Lucia Valle Figueiredo Collarile, João Grandino Rodas, Rômulo de Souza Pires, Diva Prestes Marcondes Malerbi, Celio Benevides de Carvalho, Aricê Moacyr Amaral Santos, Pedro Rotta e Edgard Silveira Bueno Filho.

Primeira Sessão Judicial – No dia 26 de abril, é realizada a primeira sessão de julgamento com todos os juízes integrantes do TRF3. São instituídas quatro Turmas de Julgamento com quatro juízes cada e duas Seções especializadas. Em setembro, ocorre o primeiro concurso público de servidores do Tribunal.

1990

Justiça Federal Criminal – Em agosto, ocorre a instalação do Fórum Criminal "Ministro Jarbas Nobre" - 1.^a Subseção Judiciária do Estado de São Paulo, na Praça da República, n.º 299, no centro da capital paulista.

1991

Plano Collor – Em abril, o Plenário do TRF3, composto por 14 membros, conclui que o bloqueio dos cruzados novos (saldos das contas correntes, das cadernetas de poupança e dos demais investimentos superiores a Cz\$ 50 mil) era inconstitucional, configurando empréstimo compulsório e ferindo os princípios da isonomia e da

capacidade contributiva. Assim, a Justiça Federal se mostra mais próxima da população, garantindo a correta aplicação da nova Constituição Federal.

Justiça Criminal – O TRF3 instala, em abril, o Fórum Especializado em Execuções Fiscais da 1.^a Subseção Judiciária do Estado de São Paulo, na Rua José Bonifácio, n.º 237.

1992

Interiorização da Justiça – O TRF3 inaugura em Campinas, no mês de março, a 5.^a Subseção Judiciária do Estado de São Paulo.

1993

Órgão Especial – Criação do Órgão Especial, composto pelo Presidente, Vice-Presidente, Corregedor-Geral e pelos 15 Desembargadores Federais mais antigos.

Interiorização da Justiça Federal – Em São José do Rio Preto, é instalada a 6.^a Subseção Judiciária do Estado de São Paulo.

1994

O TRF3 inaugura seis unidades no Estado de São Paulo: Araçatuba - 7.^a Subseção Judiciária, em 25/2/94. Sorocaba - 10.^a Subseção Judiciária, em 20/5/94; Marília - 11.^a Subseção Judiciária, em 23/6/94; Piracicaba - 9.^a Subseção Judiciária, em 15/8/94; Presidente Prudente - 12.^a Subseção Judiciária, em 19/8/94, e Bauru - 8.^a Subseção Judiciária, em 14/10/94.

1995

Homepage – TRF3 cria a sua página na internet: www.trf3.gov.br

Reestruturação do Tribunal – A composição do TRF3 passa de 18 juízes federais para 27 (Lei n.º 8.418/92).

Indenização a preso político – O TRF3 concede indenização inédita à família do operário Manoel Fiel Filho, perseguido pela Ditadura Militar. A decisão é unânime e condena a União a pagar por sua prisão, tortura e morte, em 1976, nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo.

1996

Decisões sobre perseguidos pela Ditadura Militar – TRF3 concede indenizações a famílias de dois presos políticos mortos na Ditadura. No caso do economista João Baptista Franco Drummond, militante do PC do B, falecido em 1976, o Tribunal rejeita a argumentação da defesa de que ele morreria por atropelamento, ao tentar fugir de agentes de segurança. A Sexta Turma acolheu a tese das autoras (esposa e filhas do militante) de que sua morte ocorrera no DOI-CODI. No mesmo ano, a família do capitão Carlos Lamarca requer, em ação judicial, promoções e direitos adquiridos com a Lei da Anistia. Em votação unânime, a Segunda Turma do TRF3 manda incluir no cálculo da pensão o tempo que transcorreu entre a deserção do Exército e a morte do guerrilheiro, em 1971.

1997

Primeira Subseção do interior de Mato Grosso do Sul – O TRF3 instala a 1.^a Vara Federal de Dourados. A Justiça se interioriza no estado de Mato Grosso do Sul.

Sorteios pela TV – Decisão do TRF3 mantém a suspensão dos telessorteios, que repassavam pequena parte dos valores arrecadados para entidades filantrópicas. O Tribunal afirma haver falta de transparência e enriquecimento ilícito de empresas privadas. Em 1998, os serviços 0900, 0500 e 0300 são definitivamente proibidos.

Interiorização da Justiça Federal – Inaugurada a 14.^a Subseção Judiciária do Estado de São Paulo, em São Bernardo do Campo, em outubro.

1998

Nova nomenclatura – O TRF3 adota pela primeira vez a nomenclatura “desembargador federal” (Emenda Regimental n.º 8) para designar os magistrados do Tribunal.

Interiorização da Justiça Federal – Em São Carlos, é instalada a 15.ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo, em dezembro.

1999

Novo endereço – No dia 22 de fevereiro, é inaugurada a nova sede do TRF3, no Edifício "Cetenco Plaza" - Torre Sul, localizado na Avenida Paulista n.º 1.842, em São Paulo/SP. O prédio é obtido por meio de permuta com a Caixa Econômica Federal.

Interiorização da Justiça Federal – O TRF3 instala quatro subseções judiciárias no Estado de São Paulo: Assis passa a ser a 16.ª; Jaú, a 17.ª; Guaratinguetá, a 18.ª e Guarulhos, a 19.ª. Também é inaugurada a nova sede do Fórum Especializado em Execuções Fiscais, e são instaladas as Varas Previdenciárias, ambas da 1.ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo.

2000

Interiorização da Justiça Federal – No último ano do milênio, é instalada, em Araraquara, a 20.ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo.

2001

Crime contra o Sistema Financeiro – Quinta Turma do TRF3 condena diretores e sócios controladores do Banco Mercantil de Crédito (BMC), por crime contra o Sistema Financeiro Nacional, a penas restritivas de direito e de prestação de serviços à comunidade.

Interiorização da Justiça – O TRF3 instala seis Subseções Judiciárias no Estado de São Paulo: Taubaté (21.^a); Tupã (22.^a); Bragança Paulista (23.^a); Jales (24.^a); Ourinhos (25.^a) e Santo André (26.^a).

2002

Inauguração dos JEFs – Instalação dos primeiros Juizados Especiais Federais, em São Paulo/SP e em Campo Grande/MS. Em novembro, o JEF/SP realiza as primeiras audiências coletivas da sua história e julga mais de 70 ações previdenciárias.

Interiorização da Justiça – É instalada, em São João da Boa Vista, a 27.^a Subseção Judiciária do Estado de São Paulo.

2003

Interiorização da Justiça – São instalados os Juizados Especiais Federais em Ribeirão Preto e em Campinas, no estado de São Paulo.

Juizado itinerante – Em fevereiro, são realizados os trabalhos do primeiro Juizado Especial Federal (JEF) Itinerante, na periferia de São Paulo, no bairro do Capão Redondo.

Aumento de integrantes – Em dezembro, o TRF3 passa a ser integrado por 43 Desembargadores Federais (Lei n.º 9.968/2000). É criada a 3.^a Seção (especializada em matéria previdenciária), e o Tribunal passa a ter 10 Turmas de Julgamento.

2004

Inédito – O JEF/SP julga mais de 40 mil ações previdenciárias, em experiência inédita na história da Justiça Brasileira. É o maior julgamento feito pelo Órgão desde sua inauguração, em janeiro de 2002.

"Operação Anaconda" – Dezesseis desembargadores do Órgão Especial do TRF3 julgam a Operação Anaconda. Dos onze denunciados, dez são condenados por unanimidade, por atuação na venda de sentenças na Justiça Federal de São Paulo.

Entre eles estão um juiz federal afastado, um agente da Polícia Federal, dois delegados federais, advogados e empresários. O esquema era baseado em São Paulo e se estendia para os estados de Alagoas, Pará e Rio Grande do Sul.

Interiorização da Justiça – Instalação dos Juizados Especiais Federais de Jundiaí, Registro, Osasco, Botucatu e Avaré.

15 anos – No dia 30 de março, o Tribunal Regional Federal da 3.^a Região, em São Paulo, comemora 15 anos.

2005

Interiorização da Justiça – São instalados sete Juizados Especiais Federais no estado de São Paulo: Mogi das Cruzes, Santos, Americana, Caraguatatuba, Catanduva, Sorocaba e Andradina.

Rodoanel – A Sexta Turma homologa acordo firmado entre o Ibama, a Dersa, o MPF e o Governo do Estado de São Paulo para o licenciamento ambiental do Rodoanel Mário Covas – trechos Norte, Sul e Leste. O acordo prevê compensações ambientais, proteção da reserva indígena e dos mananciais e plantio de árvores nativas.

Julgamento itinerante – A Terceira Turma realizou, em Ribeirão Preto, a primeira Sessão de Julgamento itinerante do Tribunal, na história da Justiça Federal do país, nos moldes da Emenda Constitucional n.º 45, que prevê a possibilidade de funcionamento dos tribunais de forma descentralizada.

25 anos da Justiça Federal em MS – Descerrada a placa comemorativa dos 25 anos da Justiça Federal naquele estado.

2006

Caso do Fórum Trabalhista – A Quinta Turma do TRF3 condena à prisão e à multa o ex-Juiz do Trabalho Nicolau dos Santos Neto, o ex-Senador Luiz Estevão e empresários, por fraude, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, na construção do prédio do Fórum Trabalhista de São Paulo.

Inovação – O TRF3 foi contemplado com o III Prêmio Innovare pela prática “Sistema Informatizado do Juizado Especial Federal de São Paulo”. O projeto é pioneiro na implementação de informações processuais em mídias digitais, andamento processual e gravação de audiências.

Interiorização da Justiça – Em Lins/SP, é instalado o Juizado Especial Federal da 42.^a Subseção Judiciária do Estado de São Paulo.

2007

Caso Banespa – O Órgão Especial do TRF3 condena ex-diretores e gerenciadores do extinto Banco Banespa S.A., por crime contra o sistema financeiro. Os fatos se referem a uma operação de empréstimo efetuada pela instituição paulista à empresa Companhia Agrícola Vale do Rio Grande, em setembro de 1990, transação que causou enorme prejuízo ao banco.

Jurisprudência JEFs – A sessão inaugural da Turma Regional de Uniformização (TRU) dos Juizados Especiais Federais da 3.^a Região edita a Súmula n.º 1, que diz respeito à concessão do benefício assistencial, previsto na Lei n.º 8.742/93, mais conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), permitindo ao interessado comprovar sua miserabilidade por outros meios de prova, não só pela renda per capita.

Sem cigarro – O Tribunal Regional Federal da 3.^a Região recebe, oficialmente, o Selo "Ambiente Livre de Tabaco". O prêmio foi criado pela Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo.

Publicação virtual de atos – O TRF3 cria Diário Eletrônico da Justiça Federal da 3.^a Região. A partir disso, as publicações dos atos administrativos e judiciais são feitas no diário eletrônico próprio.

2008

Conciliação – O TRF3 participa da Semana Nacional da Conciliação, pela primeira vez, fora de suas dependências. É realizada no Estádio Municipal do Pacaembu, na

capital paulista, em conjunto com o Tribunal Regional do Trabalho da 2.^a Região (SP) e o Tribunal de Justiça do estado de São Paulo.

STF e TRFs – O Presidente do Supremo Tribunal Federal se reúne com os cinco Presidentes dos TRFs na sede do TRF3, em São Paulo. Na pauta do encontro, temas como repercussão geral, súmula vinculante e nova Lei Orgânica da Magistratura.

Voz ao cidadão – É inaugurada a Ouvidoria-Geral da Justiça Federal da 3.^a Região, que permite a qualquer interessado relatar reclamações, dúvidas, sugestões, elogios e outras demandas sobre a prestação de serviços do TRF3 e da Justiça Federal.

2009

Ação de cidadania – A “Expedição da Cidadania” leva o Juizado Especial Federal Itinerante à população carente de Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul. Realizada pelo TRF3, em parceria com a Ajufe e com outros órgãos e instituições, proporciona a distribuição gratuita de certidão de nascimento, carteira de identidade e de trabalho, CPF e título de eleitor.

Centralização de serviço – A Central de Mandados Unificada é inaugurada e propicia maior eficiência e transparência na execução do trabalho dos oficiais de justiça.

20 anos – O TRF3 comemora 20 anos de sua instalação, em sessão solene do Plenário.

Conciliação – TRF3, TRT2 e TJSP realizam a Semana Nacional da Conciliação, no Memorial da América Latina. Em todo o estado de São Paulo, são realizadas cerca de 70 mil audiências, em busca da solução de conflitos de forma pacífica e mediada.

2010

Interiorização da Justiça – O TRF3 instala três subseções judiciárias no estado de São Paulo: Barretos, Itapeva e Mauá. Também são inauguradas duas varas federais em Osasco.

Juizados nos aeroportos – Começam a funcionar diariamente os Juizados Especiais nos aeroportos de Congonhas (São Paulo) e Cumbica (Guarulhos), uma parceria entre o TRF3 e o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), com apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Mutirão – Lançado o projeto “Judiciário em Dia”, uma parceria entre o TRF3, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho da Justiça Federal (CJF), com meta de julgar cerca de 80 mil processos até março de 2011. O Tribunal também implanta um "processômetro" eletrônico para medir, em tempo real, a quantidade de julgamentos realizados durante o mutirão e dar transparência ao trabalho desenvolvido.

2011

Conciliação – Inaugurada a Central de Conciliação de São Paulo, a primeira da 3.^a Região. O objetivo é centralizar as audiências de conciliação da primeira instância da Justiça Federal.

Implante coclear – Decisão do TRF3 em ação civil pública, válida em todo o território nacional, determina à Agência Nacional de Saúde Suplementar incluir o implante coclear bilateral no rol de procedimentos compulsórios. Trata-se de um dispositivo médico eletrônico para pessoas com perda auditiva de grau severo a profundo. Com esse resultado judicial, obrigam-se os planos de saúde a custear o serviço, nos casos de surdez pré-lingual de crianças entre 6 e 8 anos.

Meta superada – O mutirão “Judiciário em Dia” do TRF3, em parceria com o CNJ e com o CJF, é encerrado com o julgamento de mais de 88 mil processos antigos, em um ano, superando a meta prevista de 80 mil.

Visita de universitários – É instalado o Projeto “TRF3 de Portas Abertas”, com a primeira visita monitorada de estudantes às dependências do Tribunal. Os alunos de Direito da UniToledo, de Presidente Prudente/SP, foram os primeiros a conhecer a estrutura e a assistir a uma sessão de julgamento do TRF3.

2012

Inédito – O TRF3 inaugura a primeira Central de Conciliação em Mato Grosso do Sul. A unidade em Campo Grande é a primeira da 3.^a Região instalada em uma instituição de ensino.

Conciliação antes do processo – O TRF3 instala a fase pré-processual da Central de Conciliação de São Paulo. A iniciativa consiste na tentativa de realização de acordo para pacificar um conflito antes que ele se transforme em processo judicial.

Acordos – A desapropriação para ampliação do Aeroporto de Guarulhos alcança 100% de acordos. A Central de Conciliação de Guarulhos e o Gabinete da Conciliação do TRF3 organizam um mutirão que fecha acordo em 348 processos que envolvem mil famílias, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), a Defensoria Pública da União (DPU) e a Advocacia-Geral da União (AGU).

Processo administrativo eletrônico – O TRF3 implanta o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que transfere toda a gestão de documentos e de processos administrativos para o ambiente virtual, eliminando o uso de papel.

Interiorização da Justiça – O Tribunal Regional Federal da 3.^a Região instala, em Limeira, a 43.^a Subseção da Justiça Federal do Estado de São Paulo, com a inauguração da 1.^a Vara Federal no município.

2013

Audiência pela internet – A Central de Conciliação de Franca realiza audiências simultâneas e totalmente virtuais com mais de 90% de acordos, utilizando a ferramenta Skype – iniciativa inédita na Justiça Federal da 3.^a Região.

Caso inédito – A Quinta Turma julga o primeiro caso de insider trading levado a um tribunal brasileiro. Ex-diretores da Sadia S.A. são condenados por obterem informações privilegiadas para lucrar no mercado acionário com a aquisição da Perdigão S.A.

Justiça e Imprensa – A Escola de Magistrados (EMAG) incorpora em seu calendário permanente o curso de Media Training para os Magistrados da Justiça Federal da

3.^a Região. O curso teórico e prático tem simulação de entrevistas por diversos meios de comunicação e é ministrado por servidores das assessorias de comunicação do TRF3, da Seção Judiciária de São Paulo e da EMAG.

Cepema – É inaugurada a Central de Penas e Medidas Alternativas da Justiça Federal pelo TRF3, em parceria com a Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP). A unidade recebe condenados a penas inferiores a quatro anos de reclusão, substituídas por penas restritivas de direitos, assim como apenados por crimes de menor potencial ofensivo.

2014

Conciliação – O TRF3 vence o Prêmio “Conciliar É Legal” em duas categorias: “Tribunal Regional Federal”, com projeto realizado em parceria com o TJ-SP, e “Prêmio Especial de Qualidade”. O Tribunal também foi indicado com menção honrosa na categoria “Instrutores de Mediação e Conciliação”.

Primeiro lugar – O TRF3 obtém o 1.^o lugar no Prêmio IDJus - 2012 (Índice de Desempenho do Judiciário) entre os tribunais federais do Brasil. Trata-se de um indicador sintético (inspirado no IDH das Nações Unidas), cujo objetivo é a medição do grau de desenvolvimento da Justiça, a partir da mensuração das diferenças de produtividade e de desempenho existentes entre os vários segmentos do Poder Judiciário.

Copa do Mundo – O TRF3 e o TJ-SP celebram acordo de cooperação técnica para a Copa do Mundo FIFA 2014 - Brasil. O objetivo é garantir a eficiência do serviço judiciário nas unidades do Poder Judiciário instaladas nos aeroportos de Congonhas, Viracopos e Guarulhos, durante a realização do evento esportivo.

Acervo zerado – A Vice-Presidência do TRF3 profere mais de 57 mil decisões em 2014 e reduz a zero o seu acervo de processos criminais.

Interiorização da Justiça – O TRF3 inaugura, no município de Barueri, a 44.^a Subseção Judiciária do Estado de São Paulo, com a instalação de duas varas e de Juizado Especial Federal, beneficiando uma população de quase um milhão de habitantes.

2015

Futebol – O TRF3 condena a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) a ressarcir a União pela utilização de policiais federais na segurança da Seleção Brasileira, na Copa América em 2001. O Tribunal entendeu que não consta entre as atribuições da Polícia Federal efetuar a segurança de personalidades privadas, como aconteceu no evento realizado na Colômbia.

Acidente na Base de Alcântara – A Quarta Turma do TRF3 condena a União a indenizar por danos morais e materiais a esposa e os filhos de um dos falecidos no acidente ocorrido no Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, quando o Veículo Lançador de Satélites (VLS) explodiu na rampa de lançamento e matou 21 pessoas, em agosto de 2003.

Processo Judicial Eletrônico – O PJe é implantado na Justiça Federal da 3.^a Região, inicialmente na Subseção de São Bernardo do Campo (SP). A implantação segue de forma planejada, gradual e sistemática. Em 15/12, a Décima Turma do TRF3 julga o primeiro processo distribuído pelo sistema PJe, uma ação previdenciária.

Furto no Masp - A Primeira Turma do TRF3 mantém a condenação à prisão de acusados de furtar, em 2007, as telas "Retrato de Suzanne Boch", de Pablo Picasso, e "O Lavrador de Café", de Cândido Portinari, nas dependências do Museu de Arte de São Paulo (MASP), na capital paulista.

2016

1.º em Governança – O TRF3 fica em primeiro lugar no diagnóstico de Governança da Justiça Federal, segundo levantamento realizado pelo CJF, entre os 33 órgãos que compõem a Justiça Federal.

Audiências de Custódia – Em parceria com o CNJ, o TRF3 dá início à realização das audiências de custódia em todas as subseções judiciárias de São Paulo e de Mato Grosso do Sul. O projeto prevê apresentação de toda pessoa presa em flagrante delito à autoridade judicial, no prazo de 24 horas.

Sustentação por Videoconferência – A Segunda Turma realiza o primeiro julgamento com sustentação oral de um advogado por videoconferência, no TRF3. Ele fez a defesa dos réus a partir do Fórum Federal em Tupã/SP, em uma ação penal.

Primeira Sessão de Julgamento Virtual – A Segunda Turma do TRF3 realiza a primeira sessão de julgamento virtual no âmbito da Justiça Federal, quando foram julgados, por meio eletrônico, 355 ações.

Núcleo de Cidadania – A Central de Conciliação de Guarulhos lança o PRORREST – Programa de Ressocialização de Réus Estrangeiros, que busca dar condições mínimas de sobrevivência a réus estrangeiros em liberdade provisória ou em cumprimento de penas alternativas.

2017

Cotas em concurso – O TRF3 regulamenta procedimentos para verificação do componente étnico-racial dos candidatos declarados negros nos concursos públicos para servidores, promovidos no âmbito da Justiça Federal da 3.^a Região. Comissão formada por servidores é responsável por avaliar fenótipo dos candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos.

Inovação – A Justiça Federal da 3.^a Região inaugura o Laboratório de Inovação (iJuspLab), no Fórum Federal "Pedro Lessa". Trata-se do primeiro laboratório de inovação no Poder Judiciário brasileiro. O objetivo é incentivar a colaboração e a criatividade, com a eliminação de hierarquia para troca de conhecimento e ideias.

Obrigatoriedade do Processo Judicial Eletrônico (PJe) – O sistema do PJe passa a ser obrigatório em toda a Justiça Federal da 3.^a Região – exceto para as ações criminais e para as execuções fiscais. Em dezembro, o PJe chega à marca histórica de 200 mil processos.

Ossadas de perseguidos políticos – Audiência de conciliação no TRF3 garante a continuidade do projeto de identificação das ossadas do Cemitério de Perus. O acordo foi promovido pelo Gabinete da Conciliação, em uma ação civil pública ajuizada pelo MPF, para que o Poder Público conclua os trabalhos de identificação das ossadas encontradas em valas clandestinas no local.

2018

Sem papel – O CNJ e o TRF3 lançam, oficialmente, o Projeto “TRF3 100% PJe”, cujo objetivo é inserir todos os processos em tramitação na Justiça Federal da 3.^a Região no ambiente do Processo Judicial Eletrônico.

Sessão Virtual – O Órgão Especial do TRF3 realiza sua primeira sessão de julgamento virtual, com 235 processos pautados (234 físicos e um virtual-PJe). O objetivo é acelerar os julgamentos colegiados, em atenção aos princípios da celeridade e da duração razoável do processo.

Integração – TRF3 e TJSP completam integração entre os sistemas de processo eletrônico. Com a novidade, a Justiça Estadual, em razão da competência delegada, pode remeter eletronicamente processos de matéria federal ao TRF3, para julgamento de recursos e de reexame necessário.

Questões de Gênero – É instituído o Projeto “Justiça, Gênero e Arte”, que traz, por meio de diversos formatos, questões de gênero para o debate no TRF3. Foram destaques no ano: a mesa-redonda “Mulheres no Sistema de Justiça”, as exposições dos documentários “Chega de Fiu-Fiu” e “Visionários da Quebrada” e as rodas de conversa com terceirizadas e terceirizados, por ocasião do “Outubro Rosa” e do “Novembro Azul”.

1.º em Transparência – O TRF3 foi reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como o tribunal federal mais transparente do Brasil. Ranking avaliou grau de informação disponibilizada aos cidadãos pelos 96 tribunais do país.

2019

“Justiça, Gênero e Arte” – Continuidade do Projeto “Justiça, Gênero e Arte”, com os eventos: “Perspectivas de Gênero na Atividade Judicial”; exibição do documentário “Bambas”, voltado aos colaboradores terceirizados e comemoração do Dia Internacional da Mulher no TRF3, com palestras sobre a reforma previdenciária e o papel da mulher na atividade judicial.

Doação – O TRF3 doa cerca de 4.500 bens de informática ao Programa de Inclusão Digital do Governo Federal. Os equipamentos são entregues a entidade conveniada com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Documento é firmado durante a “Campus Party Brasil 2019”, maior evento de tecnologia da América Latina.

“Conciliar É Legal” – O TRF3 recebe do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o Prêmio “Conciliar É Legal”, na categoria “Tribunal Regional Federal”, com a prática “Núcleos de Ações Sensíveis e Complexas”. O Tribunal obtém menção honrosa por ter sido o Tribunal Regional Federal com o maior número de acordos celebrados na Semana Nacional da Conciliação de 2018.

700 mil PJs – O sistema PJe ultrapassa a marca de 700 mil processos e é expandido para os feitos de natureza criminal, na Justiça Federal da 3.^a Região. Com isso, todas as classes de ações na Justiça Federal de SP, de MS e no TRF3 passam a tramitar eletronicamente.

2020

Justiça em teletrabalho – Para enfrentar a pandemia, a Justiça Federal da 3.^a Região ingressou de maneira integral no ambiente virtual, com 100% de seus magistrados e servidores em teletrabalho, realizando audiências e sessões de julgamento virtuais pelo sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe).

O resultado foi uma ampla produtividade: de 20 de março a 20 de maio, a Justiça Federal da 3.^a Região editou 630,5 mil atos e contabilizou mais de 6,5 milhões de movimentos processuais realizados por seus servidores. Foram 397,6 mil despachos, 124,5 mil decisões e 108,3 mil sentenças e acórdãos.

Além disso, a 3.^a Região priorizou casos relacionados ao Covid-19, com a criação de uma plataforma interinstitucional de conciliação, que busca dar respostas em até 48 horas sobre demandas relacionadas à pandemia.

2021

Um ano de teletrabalho A Justiça Federal da 3ª Região provou que pode ser tão eficaz presencialmente quanto remotamente. A Justiça Federal da 3ª Região editou mais de 3,4 milhões de atos em um ano de teletrabalho. Foram quase 39 milhões de movimentações processuais no período.

Recursos Tecnológicos A utilização maciça de tecnologia da informação possibilitou o trabalho exclusivamente remoto. Foi regulamentada a realização de sessões de julgamento e audiências por meio de videoconferência e instituído o Balcão virtual e o Programa Juízo 100% digital.

TRF3 100% PJe No período, também foi concluída a digitalização dos processos físicos em tramitação no Tribunal. Além disso, os sistemas dos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais foram migrados para o PJe. Assim, hoje existe um único sistema processual em funcionamento na 3ª Região. Em dezembro de 2021, já eram 1.017.051 processos virtuais na 3ª Região.

SIGMA A 3ª Região ganhou o Prêmio Innovare em 2021 com o SIGMA, sistema de inteligência artificial que reconhece palavras-chaves das petições e sugere aos gabinetes um ranking com as minutas já utilizadas pelo magistrado em situações semelhantes. O sistema funciona no PJe e foi ampliado para o 1º Grau.

2022

Pop Rua Jud Sampa O 1º Mutirão de Atendimento à População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo - Pop Rua Jud Sampa, coordenado pelo TRF3, atendeu mais de 8 mil pessoas entre os dias 15 e 17/3/2022, na Praça da Sé, em São Paulo/SP. O evento reuniu 40 instituições públicas e organizações da sociedade civil. Houve atendimento nas áreas de assistência social, expedição de documentos, orientação jurídica, cadastro e atualização em programas sociais; requerimentos de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social, oportunidades de emprego, orientações sobre os direitos humanos, das mulheres, LGBTQIA+, imigrantes e egressos do sistema penitenciário. Na área da saúde, foram realizadas testagem rápida de HIV, sífilis e hepatite; aferição de pressão arterial; orientação para diabetes, tuberculose, álcool e drogas; saúde bucal; cortes de cabelo; maquiagem;

entre outros. Também foram aplicadas 300 doses de vacina contra Covid-19 (1ª, 2ª e reforço) e distribuídas vestimentas, produtos de higiene e 10,2 mil marmitas. O “Pop Rua Jud Sampa” atende à Resolução CNJ nº 425/2021, que instituiu a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades.

Ataque Hacker O crescente número de ações criminosas de hackers no Brasil, ao longo dos últimos anos, tem afetado a prestação de serviços de órgãos públicos e provocado prejuízos significativos a diversas organizações e pessoas físicas. No TRF3, investimentos em segurança da informação foram fundamentais para que a Secretaria de Tecnologia da Informação (SETI) agisse rapidamente para conter o ataque hackers aos sistemas de informação da JF3R, ocorrido em 30 de março de 2022. O ataque foi interrompido com o desligamento total de equipamentos de datacenter. O tribunal acionou a Polícia Federal, que no mesmo dia coletou informações para o Inquérito Policial. A área de tecnologia seguiu o Plano de Continuidade de Serviços de TI, reconstruindo e restaurando toda infraestrutura e sistemas da JF3R. Os protocolos de segurança visaram garantir o retorno da prestação jurisdicional o mais rápido possível. Os prazos dos processos eletrônicos voltaram a fluir no dia 18 de abril.

3. OS DESAFIOS E O PLANO ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO PARA O CICLO 2021-2026

Nesta parte do trabalho apresentamos os macrodesafios e objetivos para o TRF3 e as Seções Judiciárias de Mato Grosso do Sul e São Paulo

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) publicou a Resolução PRES Nº 434/21 que estabelece o Plano Estratégico Regional da Justiça Federal da 3ª Região para o ciclo 2021-2026. O documento apresenta macrodesafios e objetivos que devem ser observados pelo Tribunal e pelas Seções Judiciárias de Mato Grosso do Sul e São Paulo, nos próximos cinco anos.

O Plano Estratégico resume as prioridades da Justiça Federal da 3ª Região para o novo ciclo, e suas definições foram consolidadas a partir do processo participativo liderado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), com base na análise de ambiente (cenários interno e externo), entrevistas com a administração, análise e avaliação de desempenho do plano do ciclo anterior, bem como na opinião da sociedade, colhida por meio de pesquisa.

A publicação destaca a missão da Justiça Federal da 3ª Região de garantir à sociedade prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva. A visão de futuro é se consolidar perante a sociedade como justiça efetiva, transparente, independente e sustentável. Já os valores definidos são ética, respeito à cidadania e ao ser humano, sustentabilidade, transparência, qualidade, inovação, cooperação e segurança.

3.1-Macrodessafios e Objetivos Estratégicos

Para estruturar o Planejamento Estratégico, a Justiça Federal da 3ª Região levantou objetivos relacionados aos macrodesafios apontados, que serão perseguidos ao longo do ciclo (2021-2026) e estão voltados para a missão do Tribunal e a sua visão de futuro.

O Planejamento Estratégico está dividido em três macrodesafios voltados para a sociedade, para os processos internos e para aprendizado e crescimento. Conheça a seguir cada um deles com os seus respectivos objetivos:

3.1.1 - Macrodesafios voltados para a Sociedade

A) Garantia dos direitos fundamentais

B) Fortalecimento da relação institucional da Justiça Federal com a sociedade

Objetivos:

- estabelecer plataformas interinstitucionais;
- diminuir as barreiras da pessoa com deficiência no acesso à justiça;
- aumentar a satisfação dos usuários em relação à qualidade dos serviços prestados;
- ampliar os serviços digitais prestados;
- aprimorar o portal de internet.

3.1.2 - Macrodesafios voltados para os processos internos

A) Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional;

B) Enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa;

C) Aprimoramento da gestão do acervo de ações relativas à benefícios previdenciários e assistenciais;

D) Promoção da sustentabilidade;

E) Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária;

F) Aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal;

G) Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos;

H) Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios.

Objetivos relacionados aos processos internos que agilizam a prestação jurisdicional:

- aprimorar os fluxos dos processos no PJe;
- priorizar o desenvolvimento do PJe;
- aprimorar o registro dos dados do processo no PJe para melhoria da gestão estatística das unidades judiciárias;
- desenvolvimento de painéis de BI gerenciais das unidades.

Objetivos relacionados aos processos internos de gestão administrativa e governança judiciária:

- aprimorar as ferramentas de tecnologia da informação e sua aplicação na atividade fim e na atividade meio;
- incentivar a inovação;
- adotar práticas sustentáveis nos processos de trabalho;
- ampliar as práticas de desburocratização e dinamização dos processos de trabalho;
- racionalizar os fluxos dos processos de trabalho.

3.1.3 - Macrodesafios voltados para aprendizado e crescimento

A) Aperfeiçoamento da gestão de pessoas;

- macrodesafio contemplado pelo Plano Estratégico de Gestão de Pessoas

B) Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira;

Objetivos:

- reduzir as despesas discricionárias de manutenção da máquina administrativa;
- otimizar os procedimentos de licitação;
- otimizar as fases do processo de contratação;

- instituir a contratação pública sustentável.

C) Fortalecimento da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC e proteção de dados.

- macrodesafio contemplado pelo Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação (PDTI) e cujos objetivos estão contidos nas Resoluções n.º 685/2020, do CJF, que dispõe sobre o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal, período 2021-2026, e n.º 370/2021, do CNJ, que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

D) Fortalecimento da segurança, da proteção institucional e das informações

Objetivos:

- otimizar os mecanismos de segurança institucional;
- aprimorar os equipamentos de vigilância e proteção institucional;
- aperfeiçoar o Setor de Inteligência do TRF3;
- capacitar grupo de agentes de segurança para prestar serviço de proteção a magistrados e servidores em situação de risco;
- elevar o nível de proteção e segurança das informações e dados da 3ª Região.

Tendo como foco estas prioridades é a meta do Tribunal Regional da 3ª Região, a consolidação de uma justiça mais célere e com uma visão com foco em uma prestação jurisdicional que atenda os anseios da sociedade.

4. CONCLUSÃO

Concluimos com esta pesquisa, a obtenção de informações que nos levam a compreender melhor a história da Justiça Federal da 3ª Região, bem como seu alcance.

A história do Justiça Federal da 3ª Região e do TRF3 se confunde com a nossa tradição democrática e com o zelo pelas instituições livres e soberanas.

A perspectiva de uma justiça mais informatizada e mais integrada ao nosso cotidiano nos dá a esperança de um país mais justo e harmonioso e uma sociedade civil cada vez mais atuante.

Assim conclui-se que a existências dos Tribunais Regionais Federais é um passo importante no sentido de levar a prestação jurisdicional a todos os cantos do Brasil.

5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

| Período Ano 2022 | | | |
|-----------------------------|------------|------------|------------|
| Atividades | Out | Nov | Dez |
| Definição do Tema | X | | |
| Levantamento de Dados | X | X | |
| Análise dos dados Coletados | | X | |
| Redação do Projeto | | X | |
| Formatação do Projeto | | X | |
| Elaboração da Conclusão | | X | X |
| Revisão do Projeto | | X | X |
| Envio do Projeto | | | X |

REFERÊNCIAS

FREITAS, VLADIMIR PASSOS DE, Justiça Federal 50 anos- Seus Casos e Suas Causas Contados por Seus Juizes, Prisma Editora, 2018.

MENDES, C.H. Direitos fundamentais, separação de poderes e deliberação, São Paulo: USP, 2008.

TRIBUNAL REGIONAL DA 3ª REGIÃO. **TRF3.jus.br**. São Paulo: TRF3, 2021. Disponível em: <https://web.trf3.jus.br/noticias-intranet/Noticiar/ExibirNoticia/409627-trf3-estabelece-plano-estrategico-da-justica-federal>. Acesso em: 5 nov. 2021.

TRIBUNAL REGIONAL DA 3ª REGIÃO. **TRF3.jus.br**. São Paulo: TRF3, 2021. Disponível em: <https://www.trf3.jus.br/seju/memoria-do-tribunal-regional-federal-da-3a-regiao/breve-historico>. Acesso em: 10 nov. 2022.

TRIBUNAL REGIONAL DA 3ª REGIÃO. **TRF3.jus.br**. São Paulo: TRF3, 2021. Disponível em: <https://www.trf3.jus.br/linha-do-tempo>. Acesso em: 11 nov. 2022.